

## APRESENTAÇÃO

A questão do atendimento das crianças pequeninas em ambientes educativos formais sempre foi permeada de polêmicas: direito da mãe ou das crianças? Cuidar ou educar os pequenos? A educação é responsabilidade pública ou da família? As crianças bem pequenas aprendem? Se aprendem, ensinar o que? Quais os tipos de atividades que devem permear o cotidiano dos centros de educação infantil? Os que os bebês sabem; mas eles sabem? Bebês não lêem, então porque trabalhar com livros infantis na sala de atividades?

Podemos assumir que já avançamos nas respostas para alguns desses questionamentos, pois há estudos de diversas áreas afirmando a importância dos processos educativos formais na mais tenra idade. Os bebês “viraram moda” nos eventos acadêmicos, nas pesquisas e publicações dos últimos anos, denotando o valor das descobertas sobre suas habilidades, peculiaridades, bem como nas benesses de uma educação intencionalmente planejada para estes sujeitos, e a necessidade de para tanto, considerar todas as suas singularidades.

“Os bebês estão por todos os lugares” já foi afirmado, mas há que se considerar que “o lugar” que estes pequenos sujeitos de direitos têm conseguido o devido destaque está circunscrito na academia; na prática cotidiana, especificamente nas instituições de educação infantil, ainda não avançamos tanto assim e, para que tenhamos ações que respeitem e valorizem esses pequenos sujeitos, é premente a necessidade de desconstrução dos olhares direcionados aos bebês e a pequenina infância para que ocupem, de fato, o lugar que merecem em nossa sociedade.

Quando o professor conhece a importância do espaço para os bebês, o que veem e como o fazem, quando sabe como e por qual motivo os menores manipulam os objetos e instrumentos, estes têm mais condições de preparar cenários e contextos que favoreçam o desenvolvimento da inteligência e da personalidade por meio de vivências diversificadas que constituirão o repertório sociocultural dos pequenos.

Tem-se então a defesa de uma intencionalidade da ação pedagógica reflexiva e planejada que tem a criança pequenina como centro das atenções, pois se desde a mais tenra idade não houver o convívio com os aspectos mais elaborados da cultura - mediado por sujeitos mais experientes, adultos e crianças - não haverá a apropriação das qualidades e capacidades humanas.

Nesse contexto, o número temático sobre “**Educação da primeiríssima infância**”, tem como proposta apresentar artigos que abordem diferentes dimensões da educação e o cuidado de bebês em instituições coletivas de educação e, ainda, que enfatizem as singularidades que marcam a primeiríssima infância, bem como as peculiaridades comunicativas e expressivas destes sujeitos de pouca idade.

Seguindo essa premissa, o texto que abre o dossiê, de autoria de Solange Estanislau Santos e Elina Elias Macedo, leva-nos a revisitar três impasses da educação das crianças bem pequenas: o paradoxo entre o direito da criança e o da mulher trabalhadora; a dicotomia entre educar e cuidar que reverbera em políticas multisetoriais; a obrigatoriedade da matrícula aos quatro anos de idade (regulamentada pela EC 059/2009) que direciona o investimento para a pré-escola e dá caráter legal a cisão da educação infantil. As autoras, dialogando com estudos das Ciências Sociais, Pós-coloniais e da Pedagogia da Infância apontam a necessidade e urgência da construção de propostas pedagógicas pautadas em possibilidades descolonizadoras da pequena infância, de políticas que não sobreponham os direitos das crianças, para que estas não tenham suas múltiplas formas de expressão aniquiladas pela cultura escolar.

Em seguida, Suely Amaral Melo, com a questão “O que queremos dos nossos bebês?” trazida como uma das provocações do artigo, discute as contribuições da teoria histórico-cultural para pensar as práticas de cuidado e a educação dos bebês e, ainda, tomando esta teoria como referência, apresenta as experiências realizadas a partir da abordagem Pikler-Loczy. Segundo a autora, tal tarefa é feita no desejo de contribuir para o entendimento de que a teoria pode se concretizar na prática; no entanto, alerta que, para que isso ocorra, se faz necessário adotar práticas que concretizem as diretrizes apontadas pela abordagem teórica que adotamos, pautadas nas concepções pessoais de desenvolvimento humano, de educação, de criança, de infância e de como as crianças aprendem.

O terceiro artigo, escrito por Célia Abicalil Belmiro, Mônica Corrêa Baptista e Cristiene Leite Galvão parte do pressuposto de que os bebês, sujeitos produtores de cultura, criam, nas interações com os outros e com o meio, distintos mundos em diferentes tempos e espaços, apresenta dados da investigação que analisou a qualidade literária de produções destinadas a crianças de até dois anos de idade. A autora conclui afirmando que existe uma literatura para bebês que favorece o enriquecimento psíquico, social, cultural e afetivo permitindo que as

aprendizagens não se dêem só por conteúdos moralizantes, didatizantes e massificados. “Livros nos quais as palavras, as imagens, os sons, os cheiros e as sensações táteis são uma imersão afetiva dentro da própria cultura”.

No texto assinado por Lucineia Maria Lazaretti e Maria Aparecida Mello, que discorre sobre a singularidade das práticas educativas com bebês, a especificidade das aprendizagens e desenvolvimento cultural do primeiro ano de vida. Tendo como premissa que as conquistas realizadas pelo bebê no primeiro ano de vida são frutos do vínculo que este estabelece com o adulto desde os primeiros meses, mediado por relações emocional-afetivas, as autoras apontam possibilidades e desafios dessa singularidade educativa em instituições de ensino, tendo como aporte teórico a teoria histórico-cultural.

Por fim, encerrando o dossiê, temos o artigo intitulado: "Acabou a licença maternidade, e agora? Não tenha medo da creche" de Giselle Modé Magalhães. Nele o leitor vai encontrar uma interessante discussão sobre a função da escola de educação infantil e atividades que deveriam estar no seu currículo para a humanização dos bebês. As autoras defendem a matrícula do bebê na creche tão logo termine a licença maternidade/paternidade, acreditando e apostando nas práticas educativas deste espaço específico para o desenvolvimento global dos pequeninos.

Acreditamos que as discussões selecionadas para esse dossiê podem fomentar outras, além de servir de inspiração para a proposição de práticas educativas que respeitem os bebês como sujeitos capazes e de direito.

*Sílvia Adriana Rodrigues* (UFMS/CPAN)

*Renata Junqueira de Souza* (UNESP/FCT)

(Organizadoras)